



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social
Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho profissional da e do assistente social

SERVIÇO SOCIAL EM TEMPO DE TRABALHO MEDIADO POR TECNOLOGIAS DIGITAIS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO.

FERNANDA ALCÍDIA DIAS DE ALMEIDA ¹
ROBERTO COELHO DO CARMO ²

RESUMO: Este trabalho é fruto de algumas reflexões em andamento em pesquisas sobre Serviço Social e sobre novas tecnologias informacionais e a teoria do valor trabalho de Marx. Aqui procuramos contribuir com o debate do Serviço Social em contexto de novas Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação (TDCI) para analisar a necessidade de fomentar a investigação sobre o tema no cotidiano profissional, concluindo a necessidade de incorporação do debate na formação profissional e da recuperação da análise de cunho ético-político como baliza das análises e tomadas de posição profissional.

Palavras-chave: Serviço Social, trabalho, novas tecnologias

ABSTRACT: This work is the result of some ongoing reflections in research on Social Work and on new information technologies and Marx's labor theory of value. Here we seek to contribute to the debate on Social Work in the context of new Digital Communication and Information Technologies (TDCI) to analyze the need to encourage research on the subject in professional daily life, concluding the need to incorporate the debate into professional training and recovery. the analysis of an ethical-political nature as a basis for the analysis and taking of a professional position.

Keywords: Social Work, work, new technologies

1 Estudante de Graduação. Universidade Federal De Ouro Preto

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Ouro Preto

I. INTRODUÇÃO

A partir da década de 1970 as condições de trabalho vem passando por novos arranjos com a incorporação das novas Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação (TDCI). Essas mudanças rebatem no “mundo do trabalho” e repercutem nas condições subjetivas e objetivas de intervenção da profissional de Serviço Social. Analisaremos as transformações societárias considerando a crise do capital que redefiniu o perfil capitalista contemporâneo e a atual crise sanitária da pandemia do Covid-19 que contribuiu para acelerar algumas tendências para o trabalho profissional do Serviço Social que já estavam em curso. Com isso, buscaremos defender a importância de incorporar o debate na formação profissional, como também de promover o diálogo e formação para as profissionais que se colocam a atuar neste mercado de trabalho.

A incorporação das TDCIs no período pandêmico se tornou a única forma concebível para execução do trabalho de muitos profissionais, haja vista o isolamento ser, até então, a única forma conhecida para a preservação coletiva da vida. Para a assistente social que não podia parar suas atividades, essa também se mostrou uma forma segura para realização de suas atividades. Ademais, merece destaque que muitas das profissionais do Serviço Social não tiveram nem mesmo a possibilidade de se afastar do seu espaço de trabalho, como no caso das profissionais do SUS e do SUAS, de reconhecida essencialidade do trabalho. Como resultado disso os espaços sócio ocupacionais das assistentes sociais ganharam novas formas. Poderíamos afirmar com alguma segurança que atualmente é inabitual a realização de suas tarefas sem a mediação de algum aparato de tecnologia.

Essa nova realidade implica mudanças no campo de trabalho do Serviço Social, configurando novas demandas para a profissão, portanto o tema central desse artigo busca discutir o impacto das TDCI e a necessidade de inserção do debate na formação profissional, como também a importância de considerar essas mudanças em termos instrumentais, éticos e políticos.

A legitimação profissional do Serviço Social localiza-se na base teórica, e com

a abertura de condições históricas que implicaram a necessidade de introdução do assistente social no mercado de trabalho. Sua prática é eminentemente condicionada pelas vinculações entre Estado e sociedade civil, reproduzindo-se enquanto trabalho especializado e socialmente necessário. Nossas análises partem de algumas considerações sobre o trabalho das assistentes sociais, em particular daquilo que podemos depreender da obra *Serviço Social na contemporaneidade de Yamamoto* (1998). De acordo com a autora,

A constituição e institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade depende [...] de uma progressiva ação do Estado na regulação da vida social, quando passa a administrar e gerir o conflito de classe, o que pressupõe, na sociedade brasileira, a relação capital/trabalho constituída por meio do processo de industrialização e urbanização. É quando o Estado se "amplia", nos termos de Gramsci, passando a tratar a questão social não só pela coerção, mas buscando um consenso na sociedade, que são criadas as bases históricas da nossa demanda profissional (IAMAMOTO, 1998, p.23).

Assim sendo, as mudanças no mundo do trabalho e na esfera estatal, impactam o desenvolvimento da profissão na sociedade.

Para a autora, a assistente social é uma profissional capacitada, que comercializa sua força de trabalho para as organizações empregadoras, dispondo de um valor de uso importante para a reprodução social. Sendo um profissional assalariado que se introduz na divisão social do trabalho, não possui as disposições materiais para operar seu trabalho, subordinando-se a um empregador que necessite da sua força de trabalho. Portanto, o estatuto salarial não só coloca o profissional na relação de compra e venda, mas também modela sua introdução socioinstitucional na sociedade brasileira. Assim como outras especialidades, o Serviço Social surge em função da sua necessidade social dentro do modo de produção capitalista, que se organiza na formação de valor voltado à ampliação do capital. A profissão encontra-se no processo de produção e reprodução social, atendendo às exigências necessárias para o sistema de produção e reprodução do capital, atendendo a essa macroesfera. Mesmo que disponham de relativa autonomia, os profissionais dependem das instituições contratantes para que possibilitem aos indivíduos o acesso aos serviços. Sua inserção na esfera de trabalho integra-se ao conjunto de especialidades que são acionadas para sua

efetivação. O trabalho só se transforma em atividade quando dispõe dos meios necessários para realizá-lo.

Com estas considerações sobre o trabalho das assistentes sociais, recuperamos Marx (1996), no quinto capítulo de sua obra prima, quando trata do processo de trabalho e processo de valorização. Para o autor, é o tempo médio necessário para a produção que conta para a formação do valor, e o mais valor, expropria-se do trabalhador e da trabalhadora que realiza o trabalho por tempo excedente. Em que pese para a nossa análise, segue o autor, a condição média de trabalho, quer dizer, os instrumentos e meios de trabalho adequados à realização do trabalho devem permitir que o trabalho seja capaz de atingir este tempo médio, sendo estas condições, responsabilidade do comprador da força de trabalho. Já as habilidades e a destreza média, para mobilizar tais meios de trabalho, seriam de responsabilidade do trabalhador e da trabalhadora. Isto posto, podemos inferir que, se, com o período de isolamento, quando tivemos um movimento de inserção de novos instrumentos tecnológicos e digitais de trabalho nos diferentes espaços ocupacionais. Tivemos uma alteração das condições médias de trabalho - que se destaque, já estavam postas como tendências e com implementação avançada em espaços de trabalho como nas agências do INSS³ -, que careceriam também de que sejam atualizadas as habilidades médias das trabalhadoras e trabalhadores. Reflexão que também colocamos para profissão de Serviço Social e que também é carentes de mediações mais profundas no plano da ética profissional e do Projeto Ético Político do Serviço Social.

II. MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO

Considerando que as transformações societárias trazem mudanças em curso para o mundo do trabalho faremos uma breve análise das repercussões que vem acontecendo desde a década de 1970 até os dias atuais e como isso reflete no

³⁰ Exército industrial de reserva é um conceito desenvolvido por Karl Marx (1967) em sua crítica da economia política, e refere-se ao desemprego estrutural das economias capitalistas, e corresponde à força de trabalho que excede as necessidades da produção.

exercício profissional da assistente social.

Para compreender esse tema, é primordial tratar sobre a crise do capital, elas ocorrem regularmente e não direcionam o capitalismo a seu fim, pelo contrário, são funcionais ao Modo de Produção Capitalista, estabelecendo um modo de recuperar as possibilidades de acumulação em graus maiores e mais complexos. Os resultados desse processo cíclico traz uma fase histórica que incita as contradições primordiais do sistema, causando diferentes impactos para o trabalho e para o capital. No caso dos capitalistas, eles passam a ter o seu poder comprometido, já os trabalhadores são acometidos pela submissão exacerbada ao capital, com aumento do desemprego, mutações no mercado de trabalho, perdas salariais, ampliação do exército industrial de reserva⁴ e atenuação das lutas e capacidades organizativas. Segundo Antunes (2020) “Uma vez mais, então, os capitais pretendem transferir o ônus da crise à classe trabalhadora que, além de ser a única que não tem menor responsabilidade por esta tragédia humana, é a que mais sofre, mais padece e mais perece”. Esse movimento do capital de crises estruturais contribuem para efetivação de um vasto sistema de reestruturação, com o propósito de reassumir o ciclo reprodutivo, baseia-se na busca realizada pela estrutura capitalista para dar soluções às suas crises, que ocasionarão uma encadeamento de mudanças que incidirão no modo de produção e de sobrevivência da classe trabalhadora.

A reestruturação da produção e a reorganização dos mercados foram estratégias adotadas pelo capital visando o estabelecimento de “um novo equilíbrio, que tem como exigência básica a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo do capital” (MOTA; AMARAL, 1998, p. 24).

O principal objetivo é conceber contratendências para regressar a queda da taxa de lucros, isso exige mediações organizacionais que reatualizem os modelos de controle e subsunção do trabalho ao capital, necessidade do modo de produção capitalista para traçar uma nova estruturação econômica que esteja compatível com os moldes mercantis e conserve o suporte estatal. De acordo com Harvey (1992) para a retomada da produção e da expansão é necessário uma “transição no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política a ele associado”, ou

⁴Cf. Cavalcante, R; Predes, R. (2022)

seja, uma nova forma de organização da produção que consiste em mudanças de hábitos, consumo, configurações geográficas e políticas, mudanças nos poderes do Estado, e principalmente transformação na produção e reprodução da vida. Na reestruturação produtiva capitalista dos anos 1970, a flexibilidade é palavra de ordem. Estabelecem-se novas práticas e ações políticas de inspiração neoliberal na esfera do trabalho, que propõem a flexibilização da produção e racionalização por meio das novas tecnologias, políticas, processos de trabalho, tempo de giro do capital, produtos, padrões de consumo, bem como, condições de trabalho, direitos e conquistas anteriores. Conforme Iamamoto (2010) a reorganização produtiva acabou afetando as relações do mercado de trabalho, como também rebateu fortemente na categoria profissional do Serviço Social, que constitui uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho e atua diretamente nas políticas públicas, sendo refletida por meio de processos de sucateamento, privatização, fragmentação e precarização devido ao sistema de acumulação flexível do capital, sucedendo assim em transformações societárias.

Foram várias as alterações nos processos de trabalho de um modo geral, tais como: a incorporação de novas tecnologias, mudanças organizacionais e a aceleração nos ritmos de trabalho, ocasionando o aumento do índice de desemprego, subemprego, terceirizações, contratos precários de trabalho, entre outros (ANTUNES, 2000).

No momento em que o antigo modelo produtivo, sustentado na rigidez dos processos, apresenta sinais de falência, tanto no plano econômico como político, capital privado e Estados adotam ações de favorecimento ao estabelecimento do novo modelo flexível, marcado, dentre outras coisas, por uma "revolução tecnológica". No campo da produção verifica-se a incorporação de tecnologias, o incremento das taxas de lucro e novas formas de consumo, já no domínio sócio-político verificam-se alterações nos modos de controle sob o trabalho. O investimento em tecnologia passa a fazer parte da estrutura produtiva, substituindo paulatinamente o trabalho vivo pelo trabalho morto (MARX, 2003). A tecnologia, assegurou ao capital um mecanismo de controle e dominação além das fábricas e locais de trabalho, ao invés de possibilitar uma emancipação maior do ser humano, forneceu ao capital uma ferramenta de controle e dominação para além das fábricas,

apoderando-se da vida pessoal dos indivíduos.

Os avanços tecnológicos destacam-se hoje de tal maneira que há controvérsias se falamos uma nova revolução industrial ou não. O fato é que estamos em um momento em que tudo pode virar informação. Informação que é hoje a mercadoria mais valiosa, pois pode permitir, inclusive, o controle de mercado (ZUBOFF, 2020). Neste contexto, Morozov (2018) fala do domínio informacional da política. Para o autor, é enorme a importância que se atribui aos celulares na solução de problemas cotidianos como obesidade, por exemplo. Os aparelhos monitoram seus passos, pode-se instalar um aplicativo para controlar sua alimentação e trazer-lhe a informação necessária sobre seu comportamento alimentar, permanece-se obeso se se quiser. Ou seja, o problema não é que seu tempo está consumido pelo trabalho e você não pode praticar exercícios físicos regulares, ou mesmo se o caso de não ter os recursos necessários para comprar comida de qualidade e saudável. Assim, que pela tecnologia se distorcem questões econômicas, políticas e sociais como problemas dos indivíduos.

Verifica-se que a tendência em curso, com a introdução gradual de tecnologias nos diferentes processos de trabalho, com a emergência da crise sanitária do Covid-19 que eclodiu no Brasil em março de 2020, seguiu de maneira acelerada. Foram estabelecidas medidas de restrição e distanciamento social, e os meios digitais tornaram-se a regra para o trabalho, ampliando as estratégias como a dos *home office*, do teletrabalho e atendimentos digitais.

Sendo a assistente social uma trabalhadora assalariada, que vende sua força de trabalho em troca de salário, também o Serviço Social vivenciou os impactos deste processo. Aliás, muitas das trabalhadoras do SUS e do SUAS sequer puderam interromper ou deslocar suas atividades, compreendidas como essenciais neste momento de crise sanitária. Netto (1996) explica que esses acontecimentos “afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades, etc.”

III. TRABALHO DA ASSISTENTE SOCIAL MEDIADO POR TECNOLOGIAS DIGITAIS

Os processos de trabalho do Assistente Social se dão de forma diferente em cada espaço ocupacional através de suas particularidades (IAMAMOTO, 1998), e a utilização das novas tecnologias neste âmbito também ocorre de forma heterogênea e desigual nas diversas políticas e áreas. Dessa forma devem ser analisadas as especificidades de cada processo de trabalho onde as profissionais se inserem, e, a partir deste ponto, aprofundados em uma profunda recuperação teórica da profissão e do trabalho, categoria fundante do ser social, como também no diálogo com as profissionais inseridas nos diferentes espaços sócio ocupacionais, seremos capazes de problematizar ganhos e perdas no que diz respeito à qualidade do serviço prestado ao usuário e da possibilidade de manutenção do rigor Ético no trabalho profissional.

Segundo Iamamoto (1998) os instrumentos de trabalho dos profissionais são os fundamentos teóricos metodológicos, mecanismos elementares que os profissionais precisam para concretizar o seu trabalho, desse modo, consideramos o conhecimento e as habilidades adquiridas pelos Assistentes Sociais como peças indispensáveis. Entretanto, apesar de ser regulamentada enquanto profissão liberal, o Serviço Social não se realiza como tal, visto que não dispõe todos os meios necessários para sua efetivação: financeiros, técnicos e humanos, enquanto profissionais assalariados não dispõem dos meios necessários para sua realização, dependendo diretamente das instituições empregadoras que os requisitam, então além de dispor das condições de trabalho necessárias, precisam de um processo de formação profissional que seja capaz de atender às atuais demandas. Em concordância com Marx (1989) o trabalho se organiza e se divide diferentemente conforme os instrumentos que dispõe, nessa conjuntura em que as tecnologias se inserem de modo central, o exercício profissional apresenta novas particularidades, reconfigurando suas práticas. Podem ocorrer rebatimentos tanto na inclusão quanto na restrição das novas tecnologias.

É fundamental que os(as) profissionais definam técnica e eticamente o que não é possível realizar na modalidade de teletrabalho, o que é possível realizar e em que condições, para que sejam garantidos segurança no trabalho, qualidade no atendimento, sigilo profissional, respeito aos direitos dos usuários(as) e trabalhadores(as). (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p.147).

A introdução das tecnologias no trabalho das assistentes sociais já vinha acontecendo desde a década de 1990 como ferramentas nas instituições públicas (DATAPREV, DATASUS, SIPIA) mas, após a conjuntura pandêmica, como já afirmamos passou-se a discutir de forma mais criteriosa esses limites e possibilidades, dado que a incorporação das tecnologias nesse atual contexto tende a ser mais generalizada, podendo ser irreversíveis. A partir de março de 2020 com as mudanças ocorridas na totalidade social o trabalho das assistentes sociais passou por alterações tendo que se adaptar às condições históricas daquele momento, computadores, celulares, aplicativos de mensagens instantâneas, chamadas de vídeo tornaram-se elementos elementares na execução das atividades. Sendo um trabalho que precisa lidar diretamente com os indivíduos, surgem vários questionamentos como: a qualidade do atendimento, sigilo ético, condições de trabalho necessárias, flexibilidade, acúmulo de tarefas, controle de produtividade, precarização do trabalho, dentre outras inquietações (VALENTIM E PAZ, 2021).

Para Iamamoto (1998), a assistente social tem sido agente executor de políticas sociais, atuando historicamente na relação direta com o usuário dessas políticas. Enquanto isso, a demanda posta pelo mercado atual requer um profissional capaz de formular, executar e gerir tais políticas. Isso significa romper com a burocracia que reduz o trabalho do profissional de Serviço Social ao mero emprego (cumpridor de tarefas e horários). O trabalho do Serviço Social é

É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Requer, pois, ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional (IAMAMOTO, 1998, p.21).

Nesse artigo trataremos especificamente um recorte sobre as condições de

trabalho necessárias a partir da introdução das novas tecnologias. A prática profissional nessa conjuntura conduz o Serviço Social a reconfiguração de sua identidade, passando a depender de disposições de trabalhos apropriados e de um processo de formação que seja capaz de atender as demandas postas. Por isso, de acordo com Silva (2003)

O Serviço Social precisa se capacitar para este debate e para inovar na sua prática profissional, procurando incorporar os novos produtos e processualidades da Revolução Informacional, traduzindo-os em práxis ídeo-política, enquanto cultura profissional, para não correr o risco de ver-se desqualificado frente às novas exigências histórico-estruturais da chamada "Sociedade da Informação". O não enfrentamento desse debate, ao nosso ver, impedirá que o Serviço Social dê um passo à frente, em continuidade à necessária crítica ao conservantismo e ao tecnicismo na profissão, propondo nesse novo patamar uma grade operativa vinculada à produção teórico-metodológica conseqüente com o movimento hegemônico na profissão. (SILVA, 2003, p. 4)

Essas ferramentas enquanto recursos do Serviço Social só devem se concretizar se forem apropriadas de acordo com os princípios e valores fundamentais do projeto político profissional, visto que pode condicionar a uma prática tecnicista, limitando-se a operar máquinas, retrocedendo todos os avanços construídos até hoje contra o conservadorismo da profissão.

Expressão do desenvolvimento das forças produtivas, marcada pelo caráter contraditório constituinte do padrão específico de relações sociais capitalistas. Se ela vem sendo usada pelo capital para potencializar a produtividade e o lucro, isso não significa que não possam ser engendradas possibilidades históricas de apropriação deste recurso numa perspectiva alternativa, voltada, por exemplo, à defesa dos direitos sociais e ao fortalecimento de projetos sintonizados com a superação dos valores capitalistas (VELOSO, 2011 p. 18)

Defende-se a importância de um novo planejamento da formação profissional que esteja alinhada com as demandas da atualidade, estando comprometida com os valores éticos e políticos da profissão, considerando os novos instrumentos nova composição das relações sociais. Carece de uma combinação teórico metodológica, ética política e técnica operativa que possibilite ao profissional o conhecimento tecnológico e operacional, como também um olhar crítico para que possam adaptar-se desses novos meios em consonância com princípios regidos pela profissão.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social é considerado como uma especialização do trabalho, inscrito no âmbito da produção e reprodução da vida social. Esse rumo da análise recusa visões unilaterais, que apreendem dimensões isoladas da realidade, sejam elas de cunho economicista, politicista ou culturalista. A preocupação é afirmar a óptica da totalidade na apreensão da dinâmica da vida social, identificando como o Serviço Social se relaciona com as várias dimensões da vida social (IAMAMOTO, 2009, p.27). A particularidade que gostaríamos de destacar nestas mudanças é a inserção de novas tecnologias, que se colocavam como forte tendência, antes da pandemia de Covid-19, e que se evidenciam como regra geral do trabalho durante e após o período de isolamento.

Com este recorte de análise apontamos a necessidade de produzir conhecimento sobre o tema de novas tecnologias, mas também de formar profissionais aptas a operacionalizar a profissão nesta nova conjuntura, onde novas tecnologias digitais de comunicação e informação medeiam o trabalho.

Por isso mesmo, recuperamos o trabalho de Juncá (2009) quando afirmou que a dimensão da pesquisa, em diferentes contextos da atuação profissional, é o elemento fundamental dos processos de trabalho nos quais se inserem as assistentes sociais. Para a autora, é a pesquisa o elemento capaz de articular as dimensões do saber e do fazer.

Em tempo de Capitalismo de Vigilância, onde a informação é mercadoria valiosa, as assistentes sociais precisam, desvelar o véu da pseudoconcreticidade⁵, na dinâmica da realidade. Seja para apreender as diversas formas de como a questão social se expressa na vida dos sujeitos, seja para projetar e formas de resistência e defesa da vida. É no plano dessa informatização, quer dizer, de conversão de todas as dimensões da vida social em informação, que recuperar o debate da política, da economia e, fundamentalmente, da Ética profissional se coloca como candente para o Serviço Social. Não só ao Serviço Social, mas às trabalhadoras e trabalhadores que cumprem estabelecer um relacionamento

⁵Cf. Kosik, K. 1976

humano no seu cotidiano de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney T. Luiz e ALENCAR, Maria Torres. **Transformações estruturais e desemprego no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez. Rio de Janeiro: PETRES – FSS – UERJ, 2001.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1999.

_____. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BARROCO, Maria Lúcia da Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 1ª edição, 2020.

CAVALCANTE, R.; Prêdes, R. Tecnologias de informação e de comunicação, políticas sociais e o trabalho de assistentes sociais. *Serviço Social & Sociedade* [online]. 2022, n. 144 [Acessado 31 Agosto 2022] , pp. 110-128. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.283>>. Epub 06 Maio 2022. ISSN 2317-6318. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.283>.

CFESS. **Coronavírus: e quem trabalha na política de assistência social?**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1717>. Acesso em: 20 nov. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Nota Técnica sobre Teletrabalho e Tele Perícia**: orientações para assistentes sociais no contexto de pandemia. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/teletrabalho-telepericia2020CFESS.pdf>. Acesso em 31 ago. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do Assistente Social**. Lei 8662/93 de regulamentação da profissão. Brasília: Conselho Federal de

Serviço Social. 1997.

FALEIROS, V. P. **Serviço Social: questões presentes para o futuro. Serviço Social e Sociedade**, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

GUERRA, Y. **O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 91, 2007.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social.** São Paulo, Cortez, 1995

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Trabalho e Serviço Social: o redimensionamento da profissão antes as transformações societárias** In: O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. **O trabalho do assistente social em tempo de capital fetiche.** In: Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 9ª Ed. São Paulo, Cortez, 2015.

IAMAMOTO, M. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **O serviço social no processo de reprodução das relações sociais.** In: IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 9. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 1993, p. 71-123.

JUNCA, D. C. de M. A teoria é uma coisa, mas a prática pode não ser outra. **O Social em Questão**, n. 9, p. 10-22, 1º set. 2009

KOSIK, K. Dialética do concreto. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1976

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Editora Nova Cultural Ltda. 1996

MÉSZAROS, I. **A crise estrutural do capital.** 2. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2011.

MOROZOV, E. **Big Tech:** a ascensão dos dados e a morte da política, São Paulo, Ubu Editora, 2018

MOLJO, C. B. et al. **A questão da cultura como dimensão constitutiva da produção e do exercício profissional do Assistente Social.** Relatório de pesquisa. Juiz de Fora: UFJF, ago. 2007.

MOTA, A. E. (Org.). **A nova fábrica de consensos.** São Paulo: Cortez, 1998

NETTO, J. P. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva do Serviço Social no Brasil.** Serviço Social e Sociedade, São

Paulo, n. 50, 1996.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. In: CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL. Módulo 1. Brasília: CEAD/ ABEPSS/CFESS, 1999.

RAICHELIS, R. E ARREGUI, C.C. **O Trabalho no fio da navalha**: Nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, 2021

RAICHELIS. Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos**. In: Serv. Soc, São Paulo, 2011.

SANTOS, F. **Sistemas de informação e suas implicações no exercício profissional de assistentes sociais no Brasil**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16, 2019, Brasília. Anais [...]. Brasília, 2019. p. 1-13. Disponível em: Acesso em 08 mar. 2020.

TEIXEIRA, Joaquina, B. BRAZ, Marcelo. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF. CFESS/ABEPSS. 2009.

VALENTIM, E.C.R.B., PAZ, F.A.R. Serviço Social e TICs: a prática profissional no contexto da Covid-19. **R. Katálysis**, Florianópolis, v.25, n. 1, p. 114-124, jan./abr. 2022

VELOSO, Renato. **Tecnologia da informação: contribuição importante para o exercício profissional?** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2020.

,